

RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

AGÊNCIA DE PRINCESA

CNPJ 82508433/ 0199-93

Responsável legal - Diretor Presidente – Valter José Gallina

As informações complementares sobre a qualidade da água distribuída e os demais serviços disponíveis à comunidade encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.casan.com.br, e:

Escritório Central: Rua Rio Grande do Sul (antiga Câmara Municipal) - CEP 89 935 000/ Fone: (0XX) 49 3641 0009

Laboratório Regional de São Miguel do Oeste: Rua Osvaldo Cruz, 139- CEP 89 900 000/

Fone: (0XX) 49 3631 3038/ abolzan@casan.com.br

Caro cliente, a água disponibilizada na sua cidade tem como órgão fiscalizador a Secretária Municipal da Saúde / Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, localizado no endereço:

Rua Rio Grande do Sul, s/nº CEP 89 935 000/ Fone: (0XX) 49 3641 0059

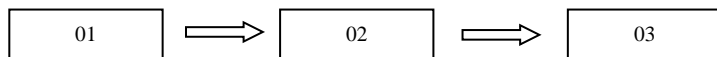
A captação de água ocorre em manancial subterrâneo, através de dois poços tubulares profundos, seccionados entre 100 e 180 m de profundidade, que são monitorados periodicamente pela Cia, em alguns parâmetros de qualidade de água.

A captação de água através de poços profundos oferece condições mais vantajosas que a utilização de mananciais de superfície, já que os mananciais são naturalmente mais protegidos dos agentes poluidores, implicando na utilização de processos de tratamento mais simplificados para a potabilização. As estiagens prolongadas e a retirada da cobertura vegetal reduzem o volume de extração da água.

A legislação que regulamenta a qualidade da água do manancial é a Resolução CONAMA N° 396/2008, tendo como órgão ambiental responsável pelo seu monitoramento a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), CODAM - Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental – São Miguel do Oeste, situada na Rua Tiradentes, 1854 – Bairro São Luiz – fone (49) 3622 – 4084, e-mail: smo@fatma.sc.gov.br. A qualidade da água se enquadra na classe apropriada para ser tratada e destinada ao consumo humano, através do tratamento completo que é aplicado.

TRATAMENTO APLICADO NA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O processo de tratamento aplicado para potabilização da água distribuída na região urbana do Município de **Princesa** consiste somente na Simples Desinfecção, tendo duas unidades de tratamento (unidade I, trata a água procedente do poço P1 e a unidade II, trata água procedente do poço P2), sendo que o sistema de abastecimento de água possui as seguintes partes:



01 – Captação de água do manancial subterrâneo

Processo no qual ocorre a captação e a condução da água do poço, através de bomba e adutora, até a Casa de Química.

02 – Tratamento final (desinfecção e fluoretacão)

Após esta etapa a água está apta para consumo. O processo possui como finalidade a desinfecção química através da adição de *cloro* e prevenção contra a cárie dentária através da adição do *flúor*.

03– Reservação e distribuição

Após a potabilização a água é armazenada em dois reservatórios com capacidade total de 110 m³.

A rede de distribuição encaminha a água para os pontos de consumo.

Resumo anual da qualidade físico-química e microbiológica da água distribuída						
Meses	Parâmetros	Cloro residual	Cor aparente	Turbidez	C. totais	E. coli
Nov/16	Nº de análises realizadas	21	10	21	21	21
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	21	10	21	21	21
Dez/16	Nº de análises realizadas	21	10	21	21	21
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	21	10	21	21	21
Jan/17	Nº de análises realizadas	20	10	20	20	20
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	20	10	20	20	20
Fev/17	Nº de análises realizadas	21	10	21	21	21
	Nº de análises fora do padrão	1	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	20	10	21	21	21
Mar/17	Nº de análises realizadas	18	9	18	18	18
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	18	9	18	18	18
Abr/17	Nº de análises realizadas	21	10	21	21	21
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	21	10	21	21	21
Mai/17	Nº de análises realizadas	19	8	19	19	19
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	19	8	19	19	19
Jun/17	Nº de análises realizadas	24	10	24	24	24
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	1	0
	Nº de análises em conformidade	24	10	24	23	24
Jul/17	Nº de análises realizadas	20	10	20	20	20
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	20	10	20	20	20
Ago/17	Nº de análises realizadas	23	10	23	23	23
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	1	0
	Nº de análises em conformidade	23	10	23	22	23
Set/17	Nº de análises realizadas	23	10	23	23	23
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	1	0
	Nº de análises em conformidade	23	10	23	22	23
Out/17	Nº de análises realizadas	20	10	20	20	20
	Nº de análises fora do padrão	0	0	0	0	0
	Nº de análises em conformidade	20	10	20	20	20
Providências tomadas						
Nº de amostras previstas p/ Port. 2914/2011 MS		20	5	20	20	20
VMP – Valores Máximos Permitidos		0,2 a 5,0 mg/L Cl ₂	Até 15,0 uH	Até 5,0 uT	1 análise fora do padrão	Nenhuma análise fora do padrão

Além dos parâmetros apresentados acima, a CASAN controla parâmetros relacionados às substâncias inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos e produtos secundários da desinfecção, estabelecidos pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, sendo que no período todos os resultados foram satisfatórios.

OBS: A CASAN atende os critérios exigidos pelo decreto 5440/ 2005, e alerta aos síndicos ou administradores de condomínios, que deverão divulgar o presente Relatório Anual aos seus condôminos (Artigo 7º do Decreto 5440/2005).

Significados dos Parâmetros:

Cloro: agente químico utilizado para eliminar micro-organismos.

Cor Aparente: indica presença de substâncias dissolvidas que deterioram aspecto estético da água.

Flúor: agente químico auxiliar na prevenção contra cárie dentária.

Turbidez: indica presença de partículas em suspensão na água.

Coliformes totais: micro-organismos cuja presença na água não necessariamente representam problemas para a saúde.

E. coli/Coliformes Termo tolerantes: micro-organismo indicador de poluição fecal

Procedimento padrão

Ajustes técnicos nos processos de dosagens dos produtos químicos e na remoção da água em desconformidade na rede de distribuição.

Lei 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor

Inciso III: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

“Cabe a CASAN operar, manter e exercer o controle de qualidade da água dos sistemas de abastecimento sob sua responsabilidade, obedecendo aos artigos 13º e 14º da Portaria 2914/2011 do MS”